



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



## EDITAL RETIFICADO

### EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2020

#### Pregão Presencial

**O MUNICÍPIO DE IPAMERI**, pessoa jurídica de Direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.763.606/0001-41, com sede na cidade de Ipameri-GO, à Av. Pandiá Calógeras nº 84, centro, Palácio Entre Rios, no interesse do município, convida as empresas interessadas para participarem da licitação na modalidade “**PREGÃO PRESENCIAL**”, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, mediante a apresentação de proposta cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE VIDEOMONITORAMENTO** para atender as necessidades do Município de Ipameri, em cumprimento aos preceitos contidos na Lei Federal nº 10.520/02, 8.666/93 e Lei Complementar nº 123/2006, todas com posteriores alterações, que na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação, no Prédio da Prefeitura Municipal, Palácio Entre Rios, no dia **09/03/2020** às **08:30** h (oito horas e trinta minutos), estará recebendo os invólucros contendo a documentação e proposta de preços, com base nas condições previstas no Edital, que poderá ser obtido gratuitamente junto a Comissão Permanente de Licitações, no Prédio da Prefeitura Municipal de Ipameri, sito à Av. Pandiá Calógeras nº 84, centro, ou pelo fone 64 3491 6000.

**IPAMERI-GOIÁS**, aos 21 (vinte e um) dias do mês de fevereiro de 2020.

**CLAUDIO GRATÃO PEREIRA**  
Pregoeiro



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



## EDITAL RETIFICADO

### EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2020

#### Pregão Presencial

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº 002/2020**

**PROCESSO nº 2020000084**

**DATA DA REALIZAÇÃO: 09/03/2020**

**HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: 08:30 horas**

**LOCAL DA REALIZAÇÃO:** Sala de Reuniões da Comissão de Licitações - Palácio Entre Rios – Av. Pandiá Calógeras nº 84, Centro.

O **MUNICÍPIO DE IPAMERI**, pessoa jurídica de Direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.763.606/0001-41, com sede na cidade de Ipameri-GO, à Av. Pandiá Calógeras nº 84, centro, Palácio Entre Rios, no interesse do município, por intermédio do Decreto 003/2020, de 02 de janeiro de 2020, torna público e convida as empresas interessadas para participarem da licitação na modalidade **“PREGÃO PRESENCIAL”**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, processada nos autos nº 2020000084, mediante a apresentação de proposta cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE VIDEOMONITORAMENTO**, cujas especificações estão detalhadas no Anexo I, parte integrante deste instrumento convocatório, para atender as necessidades do Município de Ipameri, em cumprimento aos preceitos contidos na Lei Federal nº 10.520/02, 8.666/93, Lei Complementar nº 123/2006, pelas condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, e ainda demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e as regras deste edital, que poderá ser adquirido gratuitamente junto a Comissão Permanente de Licitações, ou pelo fone 64 3491 6000.

As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



A sessão de processamento do Pregão Presencial será realizada na sala de Reuniões da Comissão de Licitações, no Prédio da Prefeitura Municipal de Ipameri, sito à Av. Pandiá Calógeras nº 84, centro, iniciando-se às **08:30 horas** do dia **09/03/2020**, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto 003/2020, 02/01/2020, da lavra da Senhora Prefeita Municipal.

## I - DO OBJETO

**1.1** - A presente licitação tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE VIDEOMONITORAMENTO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**1.3.** O inteiro teor deste Edital poderá ser obtido gratuitamente na área de “Licitações” do endereço eletrônico [www.ipameri.go.gov.br](http://www.ipameri.go.gov.br), ou poderá ser solicitado junto a Pregoeira.

## II – DA PARTICIPAÇÃO

**2.1** - Poderão participar deste pregão: as empresas que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação exigida no item da Habilitação e no Termo de Referência – Anexo I deste edital; e apresentem os documentos por ele exigidos, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório de Notas e Ofício competente, ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

**2.2** - A participação nesta licitação implica a aceitação, plena e irrevogável, das normas constantes no presente edital e nos seus anexos.

**2.3** - Não poderão participar deste pregão empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos:

**a)** concordatária ou em processo de falência, em recuperação judicial, em recuperação extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

**b)** que tenha sido declarada inidônea por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, bem como a que esteja punida com suspensão do direito de contratar ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



licitar com a Administração Pública e com o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás;

**c)** que esteja suspensa ou impedida de licitar junto ao CADFOR – Sistema Eletrônico de Administração de Compras e Serviços do Estado de Goiás, ou outro Sistema Estadual que venha a substituí-lo;

**d)** que esteja reunida em consórcio ou coligação.

**2.4** - Como requisito para participação no PREGÃO o licitante deverá manifestar que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências deste edital, bem como a descritiva técnica constante no Termo de Referência - Anexo I.

**2.5.** Não poderá concorrer direta ou indiretamente nesta licitação, servidor de qualquer Órgão ou Entidade vinculada ao Órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

**2.6.** O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

**2.7.** Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas de preços não serão levadas em consideração e serão rejeitadas pelo comprador.

**2.7.1.** Para tais efeitos entendem-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

**2.8.** Nenhuma empresa ou instituição vinculada ao comprador será elegível para participar deste processo licitatório.

### III - DO CREDENCIAMENTO

**3.1** - Para o credenciamento, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

**a)** tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

**b)** tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhada do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a" supra, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

**3.2** - O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto.

**3.3** - Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

**3.4** - A ausência do representante em qualquer momento da sessão importará a imediata exclusão da respectiva credenciada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

#### **IV - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS DECLARAÇÕES:**

**4.1** – Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, da Proposta e dos Documentos de Habilitação.

a) A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no anexo II do edital deverá ser apresentada **fora** dos envelopes nº1 e 2.

**4.2** – Declaração da Condição de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP e da Comprovação.

a) A declaração da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, para fins do tratamento diferenciado de que trata a LC nº 123/06, deverá ser apresentada **fora** dos envelopes 1 e 2, e ser assinada pelo representante legal da empresa, ou pelo contador ou, ainda, pela Junta Comercial e, sob as penas da lei, deverá estar consignado não estarem nas restrições estabelecidas nos incisos do § 4º do art. 3º da citada lei complementar;

b) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 2º do Art. 43, da LC 123/2006, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

#### **V - DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.**

**5.1** - Por ocasião da participação neste certame, será assegurado às microempresas - ME e empresas de pequeno porte - EPP, como critério de desempate, o direito de preferência para ofertar o menor preço em relação àquele lançado pelo licitante não qualificado nessas categorias.

**5.2** - Como condição para participação no Pregão, a entidade de menor porte deverá declarar:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



**5.2.1** - que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

**5.2.2** - deverá apresentar declaração:

**5.2.2.1** que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital; (Anexo II)

**5.2.2.2** - que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores; (Anexo IV)

**5.2.2.3** - que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição; (Anexo III)

**5.2.2.4** - que a proposta foi elaborada de forma independente.

**5.3** - Entende-se por empate:

**a)** aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superior ao menor preço;

**b)** quando as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte forem iguais ou até cinco por cento (5%) superiores ao menor preço.

**5.4** - Para efeito do disposto no art. 44 da LC nº 123/2006, ocorrendo o empate, proceder será da seguinte forma:

**a)** a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, devendo tal proposta ser registrada, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

**b)** não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do art. 45, da LC nº 123/2006, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 2º do art. 44 da LC nº 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**c)** no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no § 2º do art. 44 da LC nº 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá usar do direito de preferência.

**d)** o direito de preferência das microempresas e empresas de pequeno porte será instaurado após o encerramento da etapa de lances e antes da fase de negociação.

**e)** não acontecendo a etapa de lances, não será instaurado o direito de referência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



f) na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do art. 44 da LC nº 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

g) O disposto no art. 44 da LC nº 123/2006, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

**5.5** - As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, na forma do art. 43 da LC nº 123/2006.

a) havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa, cuja comprovação será exigida somente para efeito da assinatura do contrato ou instrumentos que o substitua.

b) a não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 2º do art. 43, da LC nº 123/2006, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**5.6.** Caso não houver um mínimo de 3 (três) licitantes competitivos enquadrados como MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP), MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI), EMPRESÁRIO INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (EIRELI) e equiparados, ficarão abertos à ampla competitividade e com isso serão consideradas habilitadas as demais propostas. Havendo 3 (três) propostas de ME, EPP, MEI, EIRELI e equiparados, as propostas não incluídas nesses regimes serão desclassificadas.

## **VI - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**6.1** - A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no anexo II do edital deverá ser apresentada fora dos envelopes n. 1 e 2.

**6.2** - A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 2 envelopes fechados e indevassáveis,



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

<b>Envelope nº 1 – Proposta. Pregão nº 002/2020 Processo nº 2020000084</b>	<b>Envelope nº 2 – Habilitação. Pregão nº 002/2020 Processo nº 2020000084</b>
--	---

**6.3** - A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador.

**6.4** - Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

## **VII - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “PROPOSTA”**

**7.1** - A proposta de preço deverá observar as condições constantes do Anexo I – Termo de Referência, que é parte integrante deste Edital, e conter os seguintes elementos:

**7.1.1** – A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, impressa em papel timbrado da licitante, em língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, com o seguinte conteúdo, de apresentação obrigatória:

a) Número do Pregão e o nome ou razão social do proponente, número do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como dados bancários (nome e número do Banco, agência e conta corrente para fins de pagamento).

b) Nome completo do responsável pela assinatura do contrato, profissão, número do CPF e Carteira de Identidade e cargo na empresa.

c) Descrição detalhada do item cotado, quantidade, marca e modelo do equipamento.

d) Preço unitário por item e o global deverão ser expresso em Real, em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência, com no máximo duas casas decimais após a vírgula, sendo considerado fixo e irrevogável.

e) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

f) nome, endereço, CNPJ e inscrição Estadual / Municipal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



g) número do processo e deste Pregão;

**7.1.2** – A proposta ainda deverá conter:

a) especificação clara e detalhada do objeto cotado, de acordo com a descrição contida no Anexo I do presente Edital;

b) preço do bem adquirido unitário e global, em moeda corrente nacional, em algarismo, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e sem conter alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos;

c) descrição completa do objeto ofertado, com riqueza de detalhes, observados os requisitos mínimos descritos no Anexo I, a fim de comprovar sua real capacidade de atendimento do objeto licitado, de forma a permitir a avaliação da adequação aos requisitos estabelecidos no Anexo I deste edital.

**7.2.** A proposta de preço deverá ser orçada em valores vigentes no dia de realização da primeira sessão de processamento do pregão.

**7.3.** O Preço proposto será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**7.4.** Na fixação dos preços objeto da presente licitação as licitantes também deverão observar os Preços Máximos Aceitos pela CONTRATANTE dispostos no Anexo I do Projeto Básico/Termo de Referência.

**7.5.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

**7.6.** A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização dos serviços e/ou fornecimento de bens será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

**7.7.** A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Pregão e seus anexos.

**7.8.** Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, e caso persista o interesse do Contratante, este poderá solicitar prorrogação geral da validade acima referida, por igual prazo, no mínimo.

**7.9.** A proposta readequada não poderá, em hipótese alguma, ter valor superior ao último lance ofertado pela empresa.

**7.10.** Caso exista algum fato que impeça a participação de qualquer licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este fica impedido de participar da presente licitação,



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



correspondendo a simples apresentação da proposta a indicação, por parte da licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim o Pregoeiro do disposto no art. 97 da Lei nº 8.666/93.

**7.11.** Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, estes serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

**7.12.** O Pregoeiro verificará as propostas de preços enviadas, antes da abertura da fase de lances, desclassificando, motivadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis, informando de tal fato a licitante desclassificada.

**7.13.** Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

## **VIII - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO”**

**8.1** - O envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

### **8.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**a)** Registro Comercial, no caso de Empresa Individual ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física;

**b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;

**c)** Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b”, deste subitem;

**d)** Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

**8.1.1.1** - Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" deste subitem e do item VI não precisarão constar do "Envelope Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

### **8.1.2 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**a)** comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, far-se-á por atestado de desempenho anterior, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove a capacitação da empresa em fornecer o bem ao objeto da presente licitação.

O (s) atestado (s) de capacidade técnica para os serviços de instalação dos equipamentos deverá estar acompanhado respectivas CAT'S (Certidão de Acervo Técnico) emitidos pela CREA, compatível com o objeto a ser contratado em



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



nome da licitante, comprovando que o Responsável Técnico da licitante, executou serviços de complexidade equivalente ou superior ao objeto desta licitação.

b) Prova de registro com a devida regularidade da empresa perante Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA com jurisdição no Estado em que for sediada a Empresa Proponente. A prova de regularidade dar-se-á através da Certidão de Pessoa Jurídica do CREA em vigor na data da entrega das propostas.

### **8.1.3 - REGULARIDADE FISCAL**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

c) Certidão de regularidade de débito com as Fazendas Federal (conjunta da RFB), Estadual e Municipal, da sede ou do domicílio da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei.

d) CRF -Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

f) No caso de constatação de existência de irregularidade fiscal referente à microempresa ou empresa de pequeno porte serão adotados a prerrogativa e os procedimentos previstos nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar n. 123/2006.

### **8.1.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa jurídica;

### **8.1.5 - OUTRAS COMPROVAÇÕES**

**8.1.5.1** Apresentar declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação, atestando a inexistência de circunstâncias que impeçam a empresa de participar do processo licitatório, nos termos do modelo constante do Anexo deste edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o número da identidade do declarante;

**8.1.5.2.** Apresentar declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor (es) de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal de 1988, conforme modelo constante do Anexo deste edital;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



**8.1.5.3.** Apresentar declaração, sob as penas da lei, a ser apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte de que se enquadra nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido por aquela Lei, conforme modelo constante do Anexo deste edital.

**8.1.5.4.** Apresentar certidão que ateste o enquadramento, expedida pela Junta Comercial ou, alternativamente, documento gerado pela Receita Federal, por intermédio de consulta realizada no sítio [www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional](http://www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional), podendo ser confrontado com as peças contábeis eventualmente apresentadas no certame licitatório;

## **8.2 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO**

**8.2.1** - É facultada aos licitantes a substituição dos documentos de habilitação exigidos neste edital, pelo Certificado de Registro Cadastral para participar de licitações junto à Administração Direta no ramo de atividade compatível com o objeto do certame, o qual deverá ser apresentado acompanhado dos documentos relacionados no subitem 8.1.1; no subitem 8.1.3, alíneas “a” a “c”, e no subitem 8.1.4, todos deste item, que não tenham sido apresentados para o cadastramento ou que, se apresentados, estejam com os respectivos prazos de validade vencidos, na data de apresentação das propostas.

**8.2.1.1** - O Certificado de Registro Cadastral não substitui os documentos relacionados no subitem 8.1.3, alínea “d”, no subitem 8.1.5 do item VIII, devendo ser apresentados por todas as licitantes.

**8.2.2** - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

**8.2.3** A apresentação da documentação exigida neste edital estende-se às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

**8.2.3.1.** Se a documentação apresentada, em cumprimento aos subitens anteriores for proveniente de microempresa ou de empresa de pequeno porte e apresentar alguma restrição quanto à regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

**8.2.3.2.** A não regularização da documentação no prazo previsto acima implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, conforme previsto no art. 43, § 2º, da Lei Complementar nº 123/2006;

**8.2.4.** Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, ou cópia autenticada em Cartório, ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

**8.2.5.** Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

**8.2.6.** O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do licitante.

**8.2.7.** As certidões que não possuírem prazo de validade serão consideradas a partir da data de emissão, que não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias da data prevista para a entrega dos envelopes.

## **IX - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO**

**9.1** - No horário e local indicados no preâmbulo será aberta a sessão de processamento do Pregão Presencial, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, sendo que todas as fases do procedimento serão realizadas mediante sistema de gerenciamento adotado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, para acompanhamento de todos os presentes em monitor de vídeo.

**9.2** - Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II ao Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

**9.2.1** - Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

**9.3** - A análise das propostas pelo Pregoeiro será feita sequencialmente, e visará ao atendimento das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

**a)** cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;

**b)** que apresentem preços baseados exclusivamente em proposta dos demais licitantes.

**9.3.2** - Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



**9.4** - As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

**a)** seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

**b)** não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

**9.5** - O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

**9.5.1** - A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

**9.6** - Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço;

**9.7** - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

**9.7.1.** Para efeito de lances, será considerado o **valor por item**.

**9.8** - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

**9.9** - O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

**9.10** - Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

**9.10.1** - O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar aos licitantes a composição de preços unitários do objeto licitado, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessário.

**9.11** - Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

**9.12** - Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

**a)** substituição e apresentação de documentos ou;

**b)** verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

**9.12.1** - A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



**9.12.2** - A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

**9.13** - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

**9.14** - Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

## **X - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**10.1** - No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**10.2** - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

**10.3** - Os recursos serão dirigidos ao Gestor Municipal, por intermédio do Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis ou encaminhá-lo devidamente informado, para apreciação e decisão do Senhor Gestor Municipal, no mesmo prazo.

**10.4** - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

**10.5** - O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **XI – DA ENTREGA DO OBJETO E OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE**

**11.1** – O objeto deverá ser prestado nos locais, dias e horários indicados no Anexo I – Termo de Referência e disposições estabelecidas neste edital;

**11.2** - O Licitante é o único responsável pelo recolhimento nos prazos legais de todos os encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, fundiários, fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



e outros decorrentes da presente contratação e sua execução, em quaisquer das esferas: Privada, Federal, Estadual e Municipal.

**11.2.1**– A inadimplência do proponente vencedor com referência aos encargos acima especificados, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato.

**11.3** - O valor a ser contratado será fixo e irrevogável.

**11.4** – O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia posterior à apresentação da fatura e regular liquidação;

## **XII - DA CONTRATAÇÃO**

**12.1** - As condições contratuais constam da minuta de contrato, Anexo VIII deste Edital.

**12.2** - Homologada a licitação pela autoridade competente, o Contratante, emitirá a nota de empenho e firmará o contrato com o PROPONENTE VENCEDOR, visando à execução do objeto desta licitação, nos termos da minuta que integra este Edital.

**12.3** - Os PROPONENTES VENCEDORES terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para assinar o Contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo PROPONENTE VENCEDOR durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Contratante.

**12.4** - A recusa injustificada do concorrente PROPONENTE VENCEDOR em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido sujeitará, ainda, o concorrente à aplicação da penalidade de suspensão temporária pelo prazo de 12 (doze) meses.

**12.5** - No ato da contratação, o PROPONENTE VENCEDOR deverá apresentar documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa.

**12.6** - A assinatura do contrato estará condicionada à comprovação da regularidade e validade da documentação apresentada pelo PROPONENTE VENCEDOR, na data da assinatura.

**12.6.1.** No ato da assinatura do contrato o PROPONENTE VENCEDOR deverá apresentar:

- a) Cadastro junto ao CREA;
- b) certidão de registro e quitação no CREA do responsável técnico da empresa como engenheiro, nos termos da legislação;

**12.6.2** – Após a assinatura do contrato, e no prazo de 48 horas que anteceder o início da prestação dos serviços deverá o PROPONENTE VENCEDOR apresentar ART – Anotação de Registro Técnico junto ao CREA, emitido por



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



engenheiro habilitado para instalação dos equipamentos objeto da licitação e vinculado ao PROPONENTE VENCEDOR, deverá observar:

- a) em se tratando de sócio da empresa, a prova será feita por intermédio da apresentação do Contrato Social ou Ato Constitutivo;
- b) no caso de empregado, mediante cópia da carteira de trabalho ou outro documento legal que comprove o vínculo empregatício, nos termos da legislação vigente;
- c) no caso de contrato de serviço, o mesmo deverá ser apresentado na íntegra em original ou cópia autenticada;
- d) para comprovação do registro dos profissionais junto ao CREA, deverá ser apresentada a Certidão de Registro de Pessoa Física, da região da sede da empresa.

### **XIII - DA ACEITAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO**

**13.1** - A aceitação do cumprimento do objeto da licitação somente será efetivada após parecer de profissional credenciado para tal, pelo prazo máximo de 5 dias, sendo facultado ao Município, o direito de não efetivar o pagamento se no ato da aceitação, ficar comprovada imperfeição, ineficiência ou a execução em desacordo com as normas técnicas adequadas.

**13.2** - Após a conferência, e com o aceite do setor responsável pela recepção do bem a ser motivo da aquisição, será emitida a devida autorização para recebimento pelo licitante VENCEDOR, que receberá, conforme o especificado no presente Edital, mediante a liberação dos recursos objeto do Convênio nº 853903/2017, Processo nº 08020.002124/2017-50 e a Proposta nº 026850/2017, celebrado com o Ministério da Justiça e o Município de Ipameri/GO.

**13.3** - Nenhum pagamento de acréscimo no preço será permitido durante a vigência do contrato de aquisição deste pregão.

**13.4** - O pagamento será efetuado na moeda corrente, através de Ordem de Pagamento Bancária ou crédito em conta corrente da contratada.

**13.5** - O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente do encaminhamento ao setor competente, da fatura ou nota-fiscal e duplicata devidamente atestada pela Contratante.

**13.6** - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

**13.7** – Em caso de atraso no pagamento das parcelas será devido a multa de 2% e juros no valor de 1% (um por cento) ao mês “pro rata”, ressaltando que o recebimento das parcelas não implica em renúncia ou anuência a tal direito.

### **XIV - DA GARANTIA CONTRATUAL**



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



**14** - Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

### **XV - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

<b>Unidade</b>	<b>Funcional</b>	<b>F. Recursos</b>	<b>Origem</b>	<b>Ficha</b>	<b>CD/Descrição</b>
1039	06.181.0122.2214 – Encargos com segurança pública	100	Ordinário	20200453	339039 – Outros serviços terceiros pessoa jurídica

### **XVI - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**16.1.** Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com o Município e será descredenciada no cadastro de fornecedores deste Município, pelo prazo de 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação, se a CONTRATADA que:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) fraudar a execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo;
- d) fizer declaração falsa; ou
- e) cometer fraude fiscal.

**16.2.** Ficar caracterizada fraude na execução do contrato, quando a CONTRATADA:

- a) elevar arbitrariamente os preços;
- b) entregar um bem ou serviço por outro;
- c) alterar substância, qualidade ou quantidade dos bem ou serviços prestados ao CONTRATANTE; ou
- d) tornar, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa à execução do contrato.

**16.3.** Ficar caracterizado comportamento inidôneo, quando:

- a) constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do CONTRATANTE;
- b) atuação com interesses escusos;
- c) reincidência em faltas que acarretem prejuízo ao CONTRATANTE;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



d) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

e) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da execução do contrato;

f) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do Contrato, sem consentimento prévio do CONTRATANTE.

**16.4.** Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, salvo se a falta advier de caso fortuito, motivo de força maior ou outras justificativas, todas devidamente comprovadas e acatadas pela Administração, às seguintes penalidades:

a) advertência, nas hipóteses de descumprimento de cláusulas contratuais que não resultem em prejuízo para a Administração; e

b) multas.

## **XVII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**17.1.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

**17.2.** Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, devendo ser assinadas pela Pregoeira, pela Equipe de Apoio e pelos licitantes presentes.

**17.2.1.** As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

**17.3.** Todas as propostas, bem como os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão, serão rubricadas pela Pregoeira e pelos licitantes presentes que desejarem.

**17.4.** Os envelopes contendo os documentos de habilitação dos demais licitantes ficarão à disposição para retirada no Departamento de Contratos e Licitações do Município de Ipameri, no mesmo endereço, durante 10 (dez) dias após a publicação do contrato, findos os quais poderão ser destruídos.

**17.5.** Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

**17.6.** A petição será dirigida ao Gestor Municipal, que decidirá no prazo de até 1 (um) dia útil;

**17.6.1.** Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



17.7. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pela Pregoeira.

17.8. Integram o presente edital:

**Anexo – Modelo de Proposta**

**Anexo I – Termo de Referência do Objeto;**

**Anexo II - Modelo de Declaração de Pleno Atendimento à Habilitação;**

**Anexo III - Declaração conforme o disposto no inciso XXXIII do 7º da CF/88;**

**Anexo IV - Modelo de Declaração de não Impedimento;**

**Anexo V – Declaração da Condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno;**

**Anexo VI – Declaração CNAE;**

**Anexo VII - Declaração de não servidor público, proprietário, administrador ou dirigente de entidades ou serviços contratados ou conveniados com a Administração Pública**

**Anexo VIII - Minuta de Contrato.**

17.9. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Ipameri, Estado de Goiás.

17.10. É facultado a Pregoeira, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

17.11. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão fazê-lo no prazo determinado pela Pregoeira, sob pena de Desclassificação/inabilitação;

17.12. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município;

17.13. A participação do proponente nesta licitação implica na aceitação de todos os termos deste edital.

17.14. O presente Edital será publicado em um jornal de grande circulação, no Diário Oficial do Município.

**IPAMERI-GOIÁS**, aos 21 (vinte e um) dias do mês de fevereiro de 2020.

**CLAUDIO GRATÃO PEREIRA**  
Pregoeiro



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



**TERMO DE REFERÊNCIA**

**A N E X O I**

**1. OBJETO:**

1.1 - É objeto do presente instrumento a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE VIDEOMONITORAMENTO**, mediante a contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos, instalação, configuração, manutenção e suporte técnico, nos termos do Convênio nº 853903/2017, Processo nº 08020.002124/2017-50 e a Proposta nº 026850/2017, celebrado com o Ministério da Justiça, parte integrante do presente edital.

O objeto deverá ter as especificações mínimas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR	VALOR GLOBAL
01	<b>AR CONDICIONADO SPLIT WALL 12000 BTU/H</b> Aparelho condicionador de Ar tipo Split Wall;/ Capacidade de refrigeração de 12000 BTU/h; / Ciclo frio;/Controle de direção do ar horizontal manual; /Controle de direção do ar vertical por controle remoto;/Filtro removível e lavável; Remoção de odores; / Proteção contra corrosão da unidade externa; /Sistema de purificação de ar; / Timer 24hs;/Compressor rotativo;/Gás refrigerante R410A;/Vazão de Ar de 6.70m³/min;/Tensão de 220VAC;/Consumo de 1100W;/Classificação energética pelo Inmetro nível A;	1.0 un	R\$ 6.030,10	R\$ 6.030,10
02	<b>POLTRONA EXECUTIVA OFFICE PARA OPERADORES, COM APOIO DE BRAÇOS E ASSENTO E ENCOSTO FEITA EM ESPUMA</b> Deverá ser fornecido 1 (uma) cadeira ergonômica, com braços, assento e encosto estofados em espuma de poliuretano laminada 40mm, revestimento em tecido polipropileno na cor preta, com proteção das bordas em perfil de PVC, base com 4 rodas, estrutura em aço tubular pintada em epoxi preto secretaria e cadeira ergométrica. Sistema relax, 3 posições e regulagem de altura.	1.0 un	R\$ 934,68	R\$ 934,68
03	<b>POSTE RETO 9 METROS FABRICADO EM AÇO, GALVANIZADO A FOGO, COM BRAÇO PROLONGADOR DE NO MÍNIMO 1,5 METROS.</b>	5.0 un	R\$ 7.150,00	R\$ 35.750,00



Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

	<p>Poste tele cônico reto, com altura de 9 metros fora do solo com diâmetro nominal de 2" (60,3 mm) na extremidade. Fabricado em chapa de aço SAE 1010/1020, atendendo normas NBR-6123/88 e NBR-14744/2001 da ABNT, suportando diferentes velocidades de vento. / Deve possuir seção cilíndrica de diâmetro variado, unidas por junções com conicidade suave. - Fixação - sem flange para engastamento no solo, provido de flange de aço provida de aletas de reforço, para fixação por meio de 4 chumbadores. / A Montagem deve ser feita através de emenda desmontável, fabricada com sistema de encaixe tipo: Macho-fêmea, fixada através de soldagem processo MIG e aparafusados. / Galvanizado a fogo conforme norma NBR-6323/90, eletrolítico ou zarconado. / Com braço prolongador de um metro e meio ou superior para fixação no poste.</p>			
--	---	--	--	--

**Meta nº: 1 Especificação:** Instalar o sistema de videomonitoramento urbano.

Item	ETAPA Nº	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR	VALOR GLOBAL
04	01	<p><b>MONITOR MÍNIMO DE 21 POLEGADAS LED FULL HD.</b></p> <p>16:9, brilho de 250 cd/m<sup>2</sup>, relação de contraste dinâmico de 20.000.000:1, 16,7 Milhões de cores; / Resolução mínima de 1920 pixels X 1080 pixels para cada monitor que a placa suporte; / Conectores de Entrada: 1 (uma) entrada DVI, HDMI ou padrão mais recente obrigatória compatível com a interface de vídeo do desktop sem o uso de adaptadores; / Controle digital de brilho, contraste, posicionamento vertical e posicionamento horizontal; / O monitor deverá possuir um conector de encaixe para o kit de segurança do tipo kensington sem adaptações; / Filtro anti-reflexivo e base giratória com regulagem de altura e pivotamento em 90° sem adaptações externas; / Fonte de Alimentação para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 VAC (+/-10%), 50-60Hz, com ajuste automático;</p>	2.0 un	R\$1.943,02	R\$ 3.886,04



Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

02	<p><b>ARMÁRIO TÉCNICO 19 POLEGADAS 42US 970MM DE PROFUNDIDADE</b></p> <p>Profundidade de 970mm; / Estrutura rebitada com quadro superior e inferior soldado; / Teto removível preparado para kit exaustor; / Pé nivelador para regulagem de altura; / Planos de fixação para montagem de 19" permitindo montagem de trilhos de servidores; / Fechamentos laterais e traseiro perfurados em aço carbono com espessura de 1,2mm com furo de 3/16" de diâmetro e 42% de área livre, com fecho do tipo fenda com lingueta; / Porta frontal em aço carbono com espessura de 1,2mm com furo de 3/16" de diâmetro e 42% de área livre, com fecho lingueta com chave Yale com montagem na direita ou esquerda; / 02 (duas) calhas de tomadas sem disjuntor com 8 tomadas norma NR10 e NBR 14136; / 02 (dois) passa cabos de 01UX19"; / 02 (duas) bandejas fixas de 19" com profundidade de 900mm; / 02 (dois) organizadores de cabos vertical 44US; / Placas frontais de 19" para acabamento; / Kit porca gaiola de aço zincado e parafuso M5x12 para fixação de equipamentos; / Cor preto;</p>	1.0 un	R\$4.374,00	R\$ 4.374,00
03	<p><b>CÂMERA IP SPEED DOME PTZ COM NO MÍNIMO 10X ZOOM DIGITAL E 30X ZOOM ÓPTICO, FULL HD, IP66, ANTIVANDALISMO.</b></p> <p>Suportar os codecs de vídeo H.264 e M-JPEG; / Suportar as resoluções: 1920x1080; 1280x720, 640x480, 352x240 a 30fps / Suportar os protocolos IPv4, TCP, UDP, ICMP, DHCP, NTP, DNS, DDNS, SMTP, FTP, HTTP, PPPoE, IP filtering, RTP, RTSP, RTCP, Samba, HTTPS, ONVIF / Possuir sensor de imagem do tipo CMOS progressivo de 1/2.8" com 2 Megapixel de resolução; / Possuir sensibilidade mínima de 0,8 lux em modo colorido; / Possuir sensibilidade mínima de 0,08 lux em modo Branco e Preto; / Suportar AWB (Auto White Balance); / Suportar AF (Auto Focus); / Suportar WDR (Wide Dynamic Range) / Possuir recurso Day/Night; / Suportar filtro</p>	5.0 un	R\$10.990,00	R\$ 4.950,00



Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

		ICR (IR Cut Removable); / Suportar Zoom Digital de no mínimo 10x; / Suportar Zoom Ótico de no mínimo 30x; / Possuir botão de reset para restauração dos padrões de fábrica; / Possuir ventilador e aquecedor incorporado; / Possuir recurso de auto-flip; / Possuir Presets / Possuir capacidade de movimentação PAN 360° ao infinito; / Possuir interface de rede respeitando os padrões 10/100Base-Tx; / Possuir certificação IP66 e antivandalismo			
04		<b>CONSOLE TÉCNICO DE OPERAÇÃO (BANCADA PARA OPERADORES), PARA 2 OPERADORES, COM SUPORTE A TECLADO, JUNTAMENTE COM PAINEL PARA INSTALAÇÃO DOS MONITORES DE 48 POLEGADAS.</b>  Bancada para 01 (um) operador em MDF com Painel para Monitores de 48 polegadas, devendo ser fabricada em móveis planejados com acomodação para teclado, CPU, todos os cabos embutidos e divisão de Baias. / As estações de monitoramento e seus monitores de 21 polegadas deverão ser dispostos em uma mesa de comando dupla para 1 (um) operador, fabricada em MDF revestida de fórmica, com total ergonomia aos operadores. Deverá ser fornecido uma mesa tipo bancada, com suporte a teclado, em formato de baias de trabalho, com dimensão de 85cm x 55cm x 1200 cm, em formica cinza com divisão.	1.0 un	R\$8.500,00	R\$ 8.500,00
05		<b>ESTAÇÃO DE MONITORAMENTO PARA AS CÂMERAS COM NO MÍNIMO PROCESSADOR I5, CLOCK DE 3,3 GHZ, HD DE 500 GB INSTALADO, MEMÓRIA DE 4GB</b>  O modelo de microcomputador requerido para as estações de trabalho dos operadores do ambiente de monitoramento (NOC) deverá possuir tamanho de gabinete ultracompacto, tendo em vista o espaço reduzido para cada posição de monitoramento, de modo manter proporcionalidade de espaço e conforto mínimo aos seus ocupantes; / Gabinete	1.0 un	R\$7.878,75	R\$ 7.878,75



Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

	<p>tipo Desktop; / Dimensões máximas: 290mm x 92,6mm x 312mm (LxCxA); / Processador Intel® Core™ i5, mínimo de 3.30GHz; / Memória Cache de 6MB ou superior; / Memória RAM Mínimo instalado de 4GB de memória RAM tipo DDR3; / Armazenamento 500GB SATA/SAS; / Interfaces de saída - mínimo 6x USB 2.0 e 2x USB 3.0 / 1x LAN: GbE LAN chip (10/100/1000 Mbit); / Placas adicionais: 2x saídas gráficas HDMI (para dois monitores independentes); / 1x DVI-I port; /Opcional: DVD ROM 1 driver interno para leitura e gravação de CD-R/CD-RW e DVDR/RW; / Placa de Vídeo integrada; / Sistema Operacional: Microsoft Windows na versão corrente da data de contratação (mínimo Windows 10), pré-instalados, com todos as atualizações de segurança já aplicadas e totalmente compatível com o hardware especificado; / Fonte 220 Volts;</p>			
06	<p><b>FIBRA ÓPTICA 4 FIBRAS AUTOSUSTENTAVEL, PARA VÃOS DE 80 METROS</b></p> <p>Fibra Óptica Aérea autossustentável; / Número de Fibras ópticas: 4 Fibras (para vão de 80 metros); / Diâmetro Externo: 11,2 mm (Mínimo) e 11.6 mm (Máximo); / Massa Líquida: 110 Kg/KM; / Núcleo Geleado, cabo totalmente dielétrico, capa externa retardante a chama, tecnologia tubo loose geleado, Especificação aplicável NBR14160; / Operar nas faixas de comprimento de onda de operação de 850 nm, 1310 nm ou 1550 nm; / Máxima tração de instalação: 1.5 Kgf por massa do cabo por km; / Raio mínimo de curvatura: (sob tensão) 20 mm por diâmetro externo do cabo, (sem tensão) 10 mm por diâmetro externo do cabo; / Resistência à compressão: 1 Kgf/cm por massa do cabo por km; / Temperatura de operação: - 20 até + 65 °C;</p>	800.0 m	R\$11,25	R\$ 9.000,00
07	<p><b>JOYSTICK PARA CÂMERAS USB COM TECLADO, PARA OPERAÇÃO DAS CÂMERAS</b></p> <p>Interface de comunicação e alimentação apenas por porta USB; / Display de LCD; / Funcionalidades operacionais compatíveis</p>	1.0 un	R\$11.016,13	R\$ 11.016,13



Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

		com o software de monitoramento; / Permitir acionar um preset de câmeras a partir de um comando na mesa controladora / Possuir joystick que permita operar PAN, TIL e ZOOM na mesma alavanca, com velocidade variável; / Possuir teclado numérico; / Comunicação RS485/232 / Comunicação IP / Fonte alimentação			
08		<p><b>LICENÇA DE SOFTWARE DE MONITORAMENTO E GRAVAÇÃO DE IMAGENS, PARA NO MÍNIMO 5 CÂMERAS.</b></p> <p>O Software de monitoramento deve fornecer os recursos ideais para o monitoramento local e remoto. / O Sistema deve permitir a utilização de vários modelos de Câmeras IP e Servidores de Vídeo de diversos fabricantes, possibilitando assim a escolha do conjunto de hardware que melhor atenda às necessidades sem ficar vinculado a uma determinada marca, possibilitando dessa forma a liberdade de expansão futura do sistema. / O Sistema deve permitir uma grande variedade de ferramentas de monitoramento, reprodução, pesquisa e gravação de vídeo, oferecendo maior gerenciamento dos recursos de hardware, segurança, facilidades administrativas e operacionais.</p> <p><b>Arquitetura:</b> Arquitetura Cliente / Servidor e Multi-Tarefa / Suporta diversos modelos de câmeras IP e servidores de vídeo / Permite acesso remoto, sem limite de conexões por servidor / Permite visualização de câmeras de diversos servidores na mesma tela</p> <p><b>Gravação:</b> Suporta gravação contínua e por detecção de movimento / Possuir agendamento de gravação / Sensor de movimento, permite controle de áreas sensíveis ao movimento / Possuir buffer de pré e pós movimento para até 10 segundos de vídeo / Possuir sistema de gerenciamento automático de disco / Possuir sistema de certificado digital para autenticação das imagens gravadas</p> <p><b>Controle de Usuários:</b> Suporte de até 8 níveis de usuário / Possuir rígido controle de direitos de usuários / Possuir controles como</p>	1.0 un	R\$3.750,00	R\$ 3.750,00



Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

	<p>bloqueio e data de expiração de conta de usuário / Possuir segurança de login por IP / Permite o bloqueio da estação de trabalho</p> <p><b>Controle de Eventos:</b> Possuir controle de falha de comunicação / Possuir controle de falha de gravação / Enviar alertas (Através de e-mail, SMS, popup e sons) na ocorrência dos eventos;</p> <p><b>Logs:</b> Possuir log de acesso ao servidor / Possuir log de ações dos usuários / Possuir log de eventos</p> <p><b>Monitoramento e Reprodução de Vídeo:</b> Reprodução de vídeo através de data e hora / Pesquisa avançada por detecção de movimento / Possuir ferramenta de detecção de movimento ao vivo / Possuir ferramenta de gravação local / Possuir suporte a DirectX para melhor qualidade de vídeo ao vivo / Permitir o Zoom Digital em imagens ao vivo e gravadas / Permite o sequenciamento de câmeras e mosaicos / Exporta vídeos em formato AVI / Permite salvar uma imagem em JPG na reprodução de vídeo / Permite imprimir uma imagem na reprodução de vídeo / Suporte a até 2 monitores por estação de trabalho</p> <p><b>Controle de Câmeras Móveis:</b> Suportar controle de PTZ simples; / Suportar controle de Pan Tilt simultâneo, através do clique na imagem; / Suportar controle de PTZ para Mesa controladora; / Permitir até 16 presets por câmera.</p>			
09	<p><b>MODULO SFP MONOFIBRA TIPO 1, MÍNIMO 20KM, LADO A FREQUÊNCIA DE 1310nmDFB.</b></p> <p>Taxa de transmissão de até 1.25Gbps; / Comprimento de onda: 1310nmDFB Tx/1550nmRx; / Distância até 20 km; / Alimentação 3.3V TTL Logic; / Interface Duplex LC; / Hot Pluggable; / Temperatura de operação: -40C ~+85C; / Especificação MSA SFP; / DDM (Digital diagnostic monitor); / Compatível com SFF-8472; / Deve ser compatível com os switches</p>	4.0 un	R\$1.250,00	R\$ 5.000,00
10	<p><b>MODULO SFP MONOFIBRA TIPO 2, MÍNIMO 20KM, LADO B, FREQUÊNCIA DE</b></p>	4.0 un	R\$1.250,00	R\$ 5.000,00



Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

	<b>1550NDFB TX/1310NMRX.</b> Taxa de transmissão de até 1.25Gbps; / Comprimento de onda: 1550nmDFB Tx/1310nmRx; / Distância até 20 km; / Alimentação 3.3V TTL Logic; / Interface Duplex LC; / Hot Pluggable; / Temperatura de operação: -40C ~+85C; / Especificação MSA SFP; / DDM (Digital diagnostic monitor); / Compatível com SFF-8472; / Deve ser compatível com os switches			
11	<b>NOBREAK 5KVA, COM FAIXA DE ENTRADA DE 110/220V</b> Nobreak controlado por DSP (Processador Digital de Sinais) / Forma de onda senoidal pura / Potência de saída nominal: 5000VA / Potência de saída contínua: 3675W / Tempo de acionamento do inversor < 0,8 ms / Faixa de tensão de entrada: 90V/ 156V - (120V) 176V/ 265V - (220V) / Faixa de Frequência de entrada: 47Hz - 63Hz / Frequência de saída em modo inversor: 50Hz/ 60Hz / Quantidade de baterias: 12x9Ah/ 12V / Chave liga/desliga temporizada / Permite ser utilizado com grupo gerador (47Hz a 63Hz) / Auto teste para verificação das condições iniciais do equipamento / Possui 8 tomadas disponíveis na saída / Sinalização visual em Display LCD / Sinalização visual através de leds de painel frontal que indica todas as condições do Nobreak, da rede elétrica e bateria.	1.0 un	R\$17.000,00	R\$ 17.000,00
12	<b>NOBREAK 600VA, COM ENTRADA 110/220V AUTOMÁTICO, SEMI-SENOIDAL, E NO MÍNIMO 6 TOMADAS.</b> Deverá ser do tipo On-Line; / Bivolt com tensão de entrada: 120V/220V Automático; / Saída semi-senoidal estabilizada; / Capacidade de inicializar corrente contínua (DC start); / Possuir proteção contra subtensão e sobretensão na rede elétrica com retorno e desligamento automático; / Possuir rendimento em plena carga em rede de, no mínimo, 95%; / Potência de saída nominal contínua de 250W; / Possuir regulação na saída; / Possuir proteção contra sobrecarga e curto-circuito no inversor; / Possuir um filtro de linha,	5.0 un	R\$1.000,00	R\$ 5.000,00



Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

		supressor de surto; / Possuir Gabinete de UPS; / Proteção a desligamento automático por carga mínima na saída; / Possuir Indicação de potência consumida pela carga; / Possuir 6 (Seis) tomadas de saída; / Possuir gerenciamento de bateria que avisa quando a bateria precisa ser substituída;			
14		<b>RÁDIO PONTO A PONTO PARA LINK DE DADOS, COM NO MÍNIMO MIMO 2X2, SUPORTAR FREQUÊNCIAS DE 4.9, 5.4 E 5.8 GHZ</b> Deverá ser configurável nas seguintes frequências: 4.9 Ghz, 5.4 Ghz e 5.8 Ghz; / Deverá possuir largura de Canal: 10, 20 e 40 MHz; / Deverá possuir tecnologia de transmissão: OFDM; / Deverá possuir modulação: BPSK, QSPK, 16 QAM, 64QAM; / Deverá possuir, no mínimo, taxa de dados: 10 Mbps; / O rádio proposto deve suportar MiMo 2x2; / O rádio proposto deve ser conectorizado ou com antena integrada, caso a antena for externa a mesma deverá possuir certificação ANATEL. / Deverá possuir Criptografia: WEP 128 bits e/ou AES 128 bits; / Deverá possuir Analisador de Espectro; / Potência mínima de Saída do Transmissor: 23 dBm; / Deverá possuir protetor de surto integrado ou externo; / Deverá ser equipamento outdoor que atenda a norma IP 67; / Deverá possuir pelo menos uma interface Gigabit ethernet 100/1000 Mbps; / Deverá possuir alimentação elétrica: 110/220 v; / Deverá possuir suporte mínimo a VLAN baseado no IEEE 802.1q; / Deverá possuir Upload/Download de configuração; / Deverá possuir protetor de surto integrado; / Deverá suportar os métodos de segurança ACL e/ou controle MAC. / Deverá permitir de configuração de VLAN; / O equipamento deverá possuir controle para limitação de multicast e broadcast embutido ou utilizando equipamento externo; / Deverá permitir atualizações do equipamento através de software; / Deverá suportar todas as condições climáticas do Brasil em qualquer período do ano; / O certificado de homologação da Anatel deverá acompanhar a documentação técnica do equipamento;	2.0 un	R\$5.921,00	R\$ 11.842,00



Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

15	<p><b>SERVIDOR DE MONITORAMENTO E ARMAZENAMENTO DE IMAGENS COM NO MÍNIMO PROCESSADOR I3, FREQUÊNCIA DE 3,2 GHZ DE CLOCK, 1 TB DE HD INSTALADO, TIPO TORRE, MEMÓRIA INSTALADA DE 8 GB, FONTES REDUNDANTES</b></p> <p>Processador de 4 núcleos, velocidade do clock de 3.2 Ghz e 8MB de cache. / Processador Intel® Xeon® E3-1225 v5 Gabinete: Torre (4U) / Memória (1x8GB) 2RX8 PC4-2133-E CL15 DDR4-2133 ECC-UDIMM02 / Discos Rígidos de 1TB 7.2K Near-Line SAS 6GBps 3.5" / Pode suportar até 4 discos Rígidos / Controladora de Discos Rígidos que atendam aos RAID 0/1/5/10. / Duas fontes Redundantes de 250W, 80 PLUS / Deve possuir no mínimo 8 portas USB, sendo 2 na parte frontal e 6 na parte traseira / Pode suportar até 4 slots de placa PCI-Express / Leitor de DVD / Windows Server 2012 R2 / Cabos para ligação e extensões em padrão brasileiro</p>	1.0 un	R\$20.108,00	R\$ 20.108,00
16	<p><b>SHEELTER FEITO EM AÇO, COM SISTEMA DE VENTILAÇÃO FORÇADO, E SISTEMA DE PROTEÇÃO ANTISURTO.</b></p> <p>A caixa hermética deve apresentar as seguintes características mínimas: Construída em aço carbono com espessura de 1,2 mm; / Porta em aço carbono com espessura de 1,2 mm; / Dobradiças de grande resistência com pinos de aço e montagem rápida; / Duplo fecho do tipo Yale com segredo comum entre todos os fechados fornecidos; / Pintura da caixa e porta em cinza RAL 7032; Placa de montagem confeccionada em aço carbono com espessura de 1,9 mm fixada no fundo da caixa; / Pintura da placa de montagem em laranja Munsell 2,5 YR 6/14; / Sistema de ventilação forçado, tipo exaustor, com grelha de fixação do filtro e filtro em fibra sintética e ventilador / 127/220VAC; / Abertura de ventilação lateral inferior; / Dois suportes, tipo trilho, na parte traseira, para fixação em poste com abraçadeiras; / Permitir furos para instalação de prensa</p>	5.0 un	R\$1.220,00	R\$ 6.100,00



Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

		<p>cabos na parte inferior do gabinete; / Teto protetor com inclinação em chapa de aço carbono com espessura de 1,5 para uso em ambientes externos; / Dimensões externas de 800x600x300mm; / Deve-se contemplar sistemas de proteção do tipo DPS, barramentos, disjuntores, réguas de tomada, protetores de surto para todas as interfaces lógicas (vídeo, dados e rede), canaletas com recorte aberto, bornes, plugues, tomadas, réguas de tomadas, trilho de montagem, suporte para nobreak, fios e cabos elétricos, parafusos, unidut, arruelas, buchas e demais itens para a perfeita montagem, acabamento e disposição dos equipamentos.</p>			
17		<p><b>SWITCH COM NO MÍNIMO 24 PORTAS 10/100/1000 MBPS, 2 PORTAS SFP 10/100/1000 MBPS, 2 PORTAS SFP+ 10G, GERENCIÁVEL</b></p> <p>Deverá possuir 24 portas 10/100/1000 Base-T- Autosensing, full duplex, Auto MDI/MDIX, RJ-45; / Deverá possuir 2 portas SFP MiniGBIC com suporte aos módulos SFP 1000BASESX, 1000BASELX e 100BASEFX; / Deverá possuir 2 Portas com velocidade 10G SFP+; Deve permitir empilhamento físico de até 6 unidades com velocidade de 40 Gbps full duplex em anel e daisy-chain; / Deverá possuir 1 porta RS-232, Console; / Deverá possuir suporte para Fonte de Alimentação Redundante; / Deverá possuir Switch Fabric mínimo de 92 Gbps por dispositivo; / Deverá possuir Packet Forwarding rate mínimo de 68,45 Mpps por dispositivo; / Deverá possuir Packet Buffer Mínimo de 1,5 MB por dispositivo; / Deverá possuir Tabela de endereçamento MAC mínimo de 16K por dispositivo / Deverá possuir suporte a jumbo frame de no mínimo 9KB / Deve permitir Store-and-forward / Deve possuir IGMP Snooping v1, v2 e v3 / Deve possuir MLD Snooping / Deve possuir 802.1D Spanning Tree / Deve possuir 802.1w Rapid Spanning Tree / Deve possuir 802.1s Multiple Spanning Tree / Deve possuir 802.3ad compatible Link Aggregation static mode (mínimo de 32</p>	1.0 un	R\$1.570,00	R\$ 1.570,00



Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

		<p>grupos com 8 portas 10/100/1000) / Deve possuir Espelhamento de portas no modo "Um para Um" e "Várias portas para Uma". / Deve suportar VLAN por porta / Deve possuir IEEE 802.1Q Tagged VLAN / Deve possuir GVRP / Deve possuir Guest VLAN / Deve permitir um mínimo de 4K VLANs / Deve suportar o protocolo 802.1v / Deve suportar Double VLAN (Q-in-Q) / Deve possuir RIP v1 e v2 / Deve possuir OSPF v2 / Deve possuir OSPF Equal Cost Route / Deve possuir um mínimo de 256 interfaces IP / Deve possuir VRRP / Deve possuir IGMP v1, v2 e v3 / Deve possuir DVMRP v3 / Deve possuir PIM-DM e PIM-SM / Deve permitir controle de banda por porta com granularidade mínima exigida de 64Kbps / Deve permitir controle de banda por fluxo com granularidade mínima exigida de 64Kbps / Deve possuir 802.1p com mínimo de 08 filas / Deve suportar os modos WRR (Weighted Round Robin) e Strict / Deve possuir CoS baseada em: Porta / VLAN ID / 802.1p Priority Queue / MAC Address / Endereço IPv4 e IPv6 / DSCP / Protocolo / TCP/UDP port number / Classe de tráfego IP v.6 / Deve possuir Multi-layer Access Control List (ACL) baseado em: VLAN ID / 802.1p Priority Queue / MAC Address / Endereço IPv4 e IPv6 / DSCP / Protocolo / TCP/UDP port number / Classe de tráfego IP v.6 / Tempo (Time-based ACL) / Deve possuir Port security (mínimo de 16MAC por porta) / Deve possuir controle de acesso 802.1x port-based / Deve possuir controle de acesso 802.1x Host-Based / Deve possuir controle de acesso 802.1x Dynamic VLAN Assignment / Deve possuir suporte ao protocolo MAC-Based Access Control (MAC) / Deve possuir suporte ao protocolo Web-Based Access Control (WAC) / Deve possuir SSH v2 / Deve possuir SSL v3 / Deve permitir Autenticação TACACS+ / Deve permitir Autenticação RADIUS / Deve possuir controle de Broadcast / Multicast / Unicast Storm / Deve permitir segmentação de tráfego / Deve possuir IP-MAC-Port Binding / Deve possuir suporte ao protocolo Microsoft NAP ou equivalente / Web-based GUI / SNMP v.1, v.2c e v.3 / CLI (command</p>			
--	--	--	--	--	--



Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

	line interface) / RMON v1 / v2 / Telnet server / BOOTP/DHCP Cliente / DHCP Relay Option 82 / TFTP Cliente / SYSLOG / LLDP / Dual Images / Dual Configuration / Monitoração da utilização da CPU / MIB-II / Bridge MIB / Ether-like MIB / MAU MIB / RADIUS Authentication Client MIB / IP Forwarding Table MIB (CIDR) / IPv4 Multicast Routing MIB / RADIUS Accounting Client MIB / Fonte de alimentação Interna Universal, 100 a 120 VAC, 50/60 Hz e 200 a 240 VAC, 50/60 Hz.			
18	<b>SWITCH COM NO MÍNIMO 8 PORTAS 10/100/1000 MBPS, 2 PORTAS SFP 1000 MBPS POE</b> Possuir 8 Portas 10/100/1000 (IEEE 802.3 Tipo 10BASE-T, IEEE 802.3u Tipo 100BASE-TX, IEEE 802.3ab Tipo 1000BASE-T); / Possuir 2 Portas SFP 1000 Mbps; / Permitir método de acesso: CSMA/CD; / Possuir Auto MDI/MDI-X por porta / Possuir Twisted-pair Rx Reverse Polarity: Correção automática em cada porta / Permitir método de Transmissão: Store-and-Forward / Possibilitar aprendizado do MAC Address: atualização automática / Possuir Tabela de MAC Address: 8K por switch / Possuir Backplane (Switch Fabric) mínimo de: 20 Gbps; / Possuir Throughput mínimo de 14,8 Mpps; / Deverá possuir os seguintes padrões: IEEE 802.3 10BASE-T Ethernet (cabo com pares entrelaçados); / IEEE 802.3u 100BASE-TX Fast Ethernet (cabo com pares entrelaçados); / IEEE 802.3ab 1000BASE-T Gigabit Ethernet (cabo com pares entrelaçados); / ANSI/IEEE 802.3: NWay com auto negociação; / IEEE 802.3x: Controle de fluxo; / Deverá possuir as seguintes taxas de transferência de dados: / Ethernet: 10 Mbps (half-duplex), 20 Mbps (full-duplex); / Fast Ethernet: 100 Mbps (half-duplex), 200 Mbps (full-duplex); / Gigabit Ethernet: 2000 Mbps (full duplex); / Deverá possuir as seguintes Certificações: FCC Class A; / CE Class A; / VCCI Class A; / Segurança: CSA;	5.0 un	R\$3.526,06	R\$ 17.630,30
19	<b>TELA (MONITOR) PARA PAINEL DE MONITORAMENTO MÍNIMO DE 48</b>	2.0 un	R\$7.340,00	R\$ 14.680,00



Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

	<b>POLEGADAS LED FULL HD</b> Tela: 48 Polegadas (121 cm de diagonal de tela) / Resolução: Full HD (1920 x 1080p) / Tipo de Tela: LED / Formato Tela: 16:9 / Tempo de resposta: 8ms / Brilho: 350 cd/m <sup>2</sup> / Suporte para TV digital: DTVi e DTV / Reprodução de vídeo: NTSC e PAL / Imagens: Pixel Plus HD, Micro Dimming, PMR (Perfect Motion Rate) de 120 Hz / Formatos de reprodução de vídeo: Contêineres: AVI, MKV; H264/MPEG-4 AVC; MPEG-1; MPEG-2; MPEG-4; WMV9/VC1; / Formatos de reprodução de imagem: JPEG, BMP, GIF, JPS, PNG, PNS; / Conexões: 3 entradas HDMI; / 1 entrada USB; / 1 entrada RF para TV aberta (Digital e Analógico). / Wireless: Wi-Fi 11n 2x2 integrado / Saída de áudio digital (óptica) / Saída para fone de ouvido / Conector de serviço / Antena tipo F / Ethernet LAN RJ-45 / Entrada de áudio E/D / Potência de saída do som (RMS): 10W / Consumo de energia no modo desligado: 0,5W; / Consumo de energia máximo de 92W			
20	<b>TREINAMENTO E REPASSE TECNOLÓGICO PARA OPERADORES DO SISTEMA</b>	1.0 un	R\$1.000,00	R\$ 1.000,00

### PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO

ETAPA Nº	ESPECIFICAÇÃO	DETALHAMENTO
01	MONITOR MÍNIMO DE 21 POLEGADAS LED FULL HD	Avenida Pandiá Calógeras, 84 - Centro
02	AR CONDICIONADO SPLIT WALL 12000 BTU/H	Avenida Pandiá Calógeras, 84 - Centro
03	ARMÁRIO TÉCNICO 19 POLEGADAS 42US 970MM DE PROFUNDIDADE	Avenida Pandiá Calógeras, 84 - Centro
04	CÂMERA IP SPEED DOME PTZ COM NO MÍNIMO 10X ZOOM DIGITAL E 30X ZOOM ÓPTICO, FULL HD, IP66, ANTIVANDALISMO.	Ponto 1 - Avenida Pandiá Calógeras com Avenida Vereador Luis de Oliveira Ponto 2 - Avenida Pandiá Calógeras com Rua Dr. João Santinoni Ponto 3 - Rua Gen. Marcarenhas de Morais com Rua Miguel David Cosac Ponto 4 - Rua Mal. Floriano Peixoto com Rua Cel. José Reginaldo Ponto 5 - BR-352 com Avenida Joaquim Cesário de Rezende



Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

05	CONSOLE TÉCNICO DE OPERAÇÃO (BANCADA PARA OPERADORES), PARA 2 OPERADORES, COM SUPORTE A TECLADO, JUNTAMENTE COM PAINEL PARA INSTALAÇÃO DOS MONITORES DE 48 POLEGADAS.	Avenida Pandiá Calógeras, 84 - Centro
06	ESTAÇÃO DE MONITORAMENTO PARA AS CÂMERAS COM NO MÍNIMO PROCESSADOR I5, CLOCK DE 3,3 GHZ, HD DE 500 GB INSTALADO, MEMÓRIA DE 4GB	Avenida Pandiá Calógeras, 84 - Centro
07	FIBRA ÓPTICA 4 FIBRAS AUTOSUSTENTAVEL, PARA VÃOS DE 80 METROS	Ponto 1 - Avenida Pandiá Calógeras com Avenida Vereador Luis de Oliveira Ponto 2 - Avenida Pandiá Calógeras com Rua Dr. João Santinoni Ponto 3 - Rua Gen. Mascarenhas de Moraes com Rua Miguel David Cosac Ponto 4 - Rua Mal. Floriano Peixoto com Rua Cel. José Reginaldo Ponto 5 - BR-352 com Avenida Joaquim Cesário de Rezende
08	JOYSTICK PARA CÂMERAS USB COM TECLADO, PARA OPERAÇÃO DAS CÂMERAS	Avenida Pandiá Calógeras, 84 - Centro
09	LICENÇA DE SOFTWARE DE MONITORAMENTO E GRAVAÇÃO DE IMAGENS, PARA NO MÍNIMO 5 CÂMERAS.	Avenida Pandiá Calógeras, 84 - Centro
10	MODULO SFP MONOFIBRA TIPO 1, MÍNIMO 20KM, LADO A FREQUÊNCIA DE 1310NMDFB	Ponto 1 - Avenida Pandiá Calógeras com Avenida Vereador Luis de Oliveira Ponto 2 - Avenida Pandiá Calógeras com Rua Dr. João Santinoni Ponto 3 - Rua Gen. Mascarenhas de Moraes com Rua Miguel David Cosac Ponto 4 - Rua Mal. Floriano Peixoto com Rua Cel. José Reginaldo Ponto 5 - BR-352 com Avenida Joaquim Cesário de Rezende
11	MODULO SFP MONOFIBRA TIPO 2, MÍNIMO 20KM, LADO B, FREQUÊNCIA DE 1550NMDFB TX/1310NMRX	Ponto 1 - Avenida Pandiá Calógeras com Avenida Vereador Luis de Oliveira Ponto 2 - Avenida Pandiá Calógeras com Rua Dr. João Santinoni Ponto 3 - Rua Gen. Mascarenhas de Moraes com Rua Miguel David Cosac Ponto 4 - Rua Mal. Floriano Peixoto com Rua Cel. José Reginaldo Ponto 5 - BR-352 com Avenida Joaquim Cesário de Rezende
12	NOBREAK 5KVA, COM FAIXA DE ENTRADA DE 110/220V	Avenida Pandiá Calógeras, 84 - Centro
13	NOBREAK 600VA, COM ENTRADA 110/220V	Ponto 1 - Avenida Pandiá Calógeras com



Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

	AUTOMÁTICO, SEMI-SENOIDAL, E NO MÍNIMO 6 TOMADAS.	Avenida Vereador Luis de Oliveira Ponto 2 - Avenida Pandiá Calógeras com Rua Dr. João Santinoni Ponto 3 - Rua Gen. Mascarenhas de Moraes com Rua Miguel David Cosac Ponto 4 - Rua Mal. Floriano Peixoto com Rua Cel. José Reginaldo Ponto 5 - BR-352 com Avenida Joaquim Cesário de Rezende
14	POLTRONA EXECUTIVA OFFICE PARA OPERADORES, COM APOIO DE BRAÇOS E ASSENTO E ENCOSTO FEITA EM ESPUMA	Avenida Pandiá Calógeras, 84 - Centro
15	POSTE RETO 9 METROS FABRICADO EM AÇO, GALVANIZADO A FOGO, COM BRAÇO PROLONGADOR DE NO MÍNIMO 1,5 METROS.	Ponto 1 - Avenida Pandiá Calógeras com Avenida Vereador Luis de Oliveira Ponto 2 - Avenida Pandiá Calógeras com Rua Dr. João Santinoni Ponto 3 - Rua Gen. Mascarenhas de Moraes com Rua Miguel David Cosac Ponto 4 - Rua Mal. Floriano Peixoto com Rua Cel. José Reginaldo Ponto 5 - BR-352 com Avenida Joaquim Cesário de Rezende
16	RÁDIO PONTO A PONTO PARA LINK DE DADOS, COM NO MÍNIMO MIMI 2X2, SUPORTAR FREQUÊNCIAS DE 4.9, 5.4 E 5.8 GHZ	Ponto 1 - Avenida Pandiá Calógeras com Avenida Vereador Luis de Oliveira Ponto 5 - BR-352 com Avenida Joaquim Cesário de Rezende
17	SERVIDOR DE MONITORAMENTO E ARMAZENAMENTO DE IMAGENS COM NO MÍNIMO PROCESSADOR I3, FREQUÊNCIA DE 3,2 GHZ DE CLOCK, 1 TB DE HD INSTALADO, TIPO TORRE, MEMÓRIA INSTALADA DE 8 GB, FONTES REDUNDANTES	Avenida Pandiá Calógeras, 84 - Centro
18	SHEELTER FEITO EM AÇO, COM SISTEMA DE VENTILAÇÃO FORÇADO, E SISTEMA DE PROTEÇÃO ANTISURTO.	Ponto 1 - Avenida Pandiá Calógeras com Avenida Vereador Luis de Oliveira Ponto 2 - Avenida Pandiá Calógeras com Rua Dr. João Santinoni Ponto 3 - Rua Gen. Mascarenhas de Moraes com Rua Miguel David Cosac Ponto 4 - Rua Mal. Floriano Peixoto com Rua Cel. José Reginaldo Ponto 5 - BR-352 com Avenida Joaquim Cesário de Rezende
19	SWITCH COM NO MÍNIMO 24 PORTAS 10/100/1000 MBPS, 2 PORTAS SFP 10/100/1000 MBPS, 2 PORTAS SFP+ 10G, GERENCIÁVEL	Ponto 1 - Avenida Pandiá Calógeras com Avenida Vereador Luis de Oliveira Ponto 2 - Avenida Pandiá Calógeras com Rua Dr. João Santinoni Ponto 3 - Rua Gen. Mascarenhas de Moraes com Rua Miguel David Cosac



Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

		Ponto 4 - Rua Mal. Floriano Peixoto com Rua Cel. José Reginaldo Ponto 5 - BR-352 com Avenida Joaquim Cesário de Rezende
20	SWITCH COM NO MÍNIMO 8 PORTAS 10/100/1000 MBPS, 2 PORTAS SFP 1000 MBPS POE	Avenida Pandiá Calógeras, 84 - Centro
21	TELA (MONITOR) PARA PAINEL DE MONITORAMENTO MÍNIMO DE 48 POLEGADAS LED FULL HD	Avenida Pandiá Calógeras, 84 - Centro
22	TREINAMENTO E REPASSE TECNOLÓGICO PARA OPERADORES DO SISTEMA	Avenida Pandiá Calógeras, 84 - Centro

1.3. O objeto deste Termo de Referência é considerado como item único. Revela-se inviável, promover a adjudicação por vários itens, para o caso em tela, sendo fortes as razões a demonstrar ser este o critério que conduzirá a contratações tecnicamente viável e economicamente mais vantajosas de forma GLOBAL.

1.4. O §3º do Art. 3º da Instrução Normativa nº 2/08 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que nos serve de referência, prevê excepcionalmente a possibilidade de a Administração instaurar licitação global, em que serviços distintos podem ser licitados e contratados conjuntamente, desde que formalmente comprovado que:

1.4.1. O parcelamento torna o contrato técnica, econômica e administrativamente inviável ou provoca a perda de economia de escala.

1.4.2. Os serviços podem ser prestados por empresa registrada e sob fiscalização de um único conselho regional de classe profissional, quando couber.

1.5. A licitação para contratação deste objeto de forma global se justifica pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, vez que a eventual opção por vários fornecedores implicaria em incompatibilidade ou descontinuidade da padronização, bem assim em dificuldades gerenciais e, até mesmo, aumentar os custos; temos a finalidade de formar um todo unitário.

## 2. FONTE DE RECURSOS

Fonte: Recursos do Orçamento Geral do Município, na classificação orçamentária:

Unidade	Funcional	F. Recursos	Origem	Ficha	CD/Descrição
1039	06.181.0122.2214 Encargos com segurança pública	100	Ordinário	20200453	339039 – Outros serviços terceiros pessoa jurídica



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



### 3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO:

**3.1.** A presente contratação deverá ser realizada na Modalidade de Pregão, na forma Presencial tipo Menor Preço, devendo obedecer às normas e procedimentos contidos na Lei nº 10.520/04 e subsidiariamente as normas da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**3.2.** A economicidade a ser obtida pela Administração, em relação à aquisição dos objetos em questão, pela necessidade de reposição do estoque do Almoxarifado para atender as demandas do órgão solicitante, poderá ser conseguida pelo recurso da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado processo e procedimento licitatório, cujo fator preponderante do certamente será o **“MENOR PREÇO POR ITEM”**.

**3.3.** O Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania dentre outros objetivos, é priorizar a prevenção e guarda dos pequenos municípios, para que estes consigam utilizar os exemplos dos grandes centros e sanar logo no início, tantos vícios, que descontrolam uma sociedade.

**3.4.** A implantação do sistema de vídeo-monitoramento urbano contará com uma central de monitoramento que será encarregada pelo monitoramento, reprodução, supervisão e controle das diversas câmeras de vídeos remotas, com utilização de equipamentos capazes de permitir visualização da imagem em tempo real, qualidade digital, controle de pan-tilt e zoom nas câmeras PTZ.

**3.5.** Espera-se que, com a implantação deste sistema de monitoramento haja redução no índice de criminalidade em nossa cidade, garantindo, assim, maior segurança tanto no trânsito, como nos comércios e para a população em geral, buscando uma melhoria na qualidade de vida do cidadão, garantindo segurança a sociedade, além disso, poderá contribuir com a polícia na solução de outros crimes.

**3.6.** Já a economicidade a ser obtida pela Administração, em relação à contratação em questão, para atender as demandas do órgão solicitante, poderá ser conseguida pelo recurso da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado processo e procedimento licitatório, cujo fator preponderante do certamente será o **“MENOR PREÇO POR ITEM”**.

**3.7.** Assim, mediante tal critério e/ou parâmetro, necessariamente a Administração obterá a economia em função do custo benefício, não obstante seja ela uma expectativa que dependerá diretamente do preço praticado no mercado em relação ao (s) objeto ofertado (s) pela (s) empresa (s), cuja escolha recairá naquela que cotar o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

**4. DA PARTICIPAÇÃO:** Poderão participar do presente Pregão Presencial pessoas jurídicas que satisfaçam as exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

### 5 – FORMA DE PAGAMENTO:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



**5.1.** O pagamento será efetuado mediante a liberação dos recursos do Convênio nº 853903/2017, Processo nº 08020.002124/2017-50 e a Proposta nº 026850/2017, celebrado com o Ministério da Justiça e contrapartida do Município de Ipameri, mediante o encaminhamento ao setor competente, da fatura ou nota-fiscal, da competente liquidação da despesa e da atestação a cargo do setor próprio do Município.

**5.2.** O pagamento do Preço pactuado será de acordo com a entrega, devendo a Contratada, emitir as respectivas Notas Fiscais que devidamente comprovadas e atestadas pelo Órgão Gestor do Objeto desta Licitação.

**5.3.** A Contratada deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura com os produtos e quantidades fornecidas discriminadas e acompanhada da requisição dos mesmos.

**5.4.** O Pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal da empresa, ficando a Contratada ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ser renovadas no prazo de seus vencimentos.

**6. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO:** O prazo do contrato a ser firmado com a contratada será na data de assinatura por 120 dias, em conformidade com art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 e poderá ser prorrogado nas condições básicas determinadas pelo art. 57, da Lei nº 8.666/1993, mediante ajuste entre as partes contratadas, antes de seu término.

**7 – DO PRAZO E LOCAL PARA A ENTREGA DO OBJETO:**

**7.1.** As licitantes vencedoras deverão entregar os itens do presente acordo, conforme especificações exigidas neste edital e seus anexos, em até 15 (quinze) dias, a partir da requisição, podendo ser prorrogado mediante requerimento fundamentado e a critério da administração.

**7.2.** A entrega dos produtos deverão ser de no máximo em até 15 (quinze) dias após a emissão da ordem de compras, devendo a Contratada, emitir as respectivas Notas Fiscais que devidamente comprovadas e atestadas pelo Órgão Gestor do Objeto desta Licitação, deverão ser pagas até o 10º (décimo) dia do mês seguinte ao da entrega dos produtos, obedecendo a devida ordem cronológica dos empenhos e o local da entrega deverá ser determinado pelo setor de compras do município.

**7.3.** O não cumprimento destes prazos dará direito a contratante a aplicação de multas e penalidades de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**7.4. A Fiscalização e aceitação do objeto e contrato**, ficarão sob a responsabilidade dos servidores designados pelo órgão contratante, mediante



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



Portaria, que comunicarão aos setores competentes as possíveis irregularidades ocorridas, durante o prazo de vigência deste certame.

**7.5.** Os serviços deverão ser executados na forma integral conforme especificações e quantidades descritas neste instrumento.

**7.6.** A execução dos serviços será iniciada mediante assinatura do instrumento de contrato.

**7.7.** O objeto licitado deve ser executado nos locais e termos do Projeto Técnico elaborado pela Secretaria de Planejamento, anexo ao Termo de Referência.

## **8. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**8.1.** Os serviços serão fiscalizados por servidores indicados pela Secretaria Municipal de Planejamento, e deverão ser executados nos locais determinados no presente Termo.

**8.2.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

**8.3.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**8.4.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93.

**8.5.** O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

**8.6.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

**8.7.** O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

**8.8.** O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



**8.9.** O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

**8.10.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **09. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**9.1.** exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização e acompanhamento de todas as fases de execução das obrigações e do desempenho da CONTRATADA;

**9.2.** intermediar a comunicação entre a CONTRATADA e as unidades da Contratante onde serão executados os serviços, objeto deste contrato;

**9.3.** notificar a CONTRATADA, por escrito, das eventuais irregularidades na prestação dos serviços, fixando prazo para as devidas correções;

**9.4.** prestar todas as informações necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos, quando solicitadas pela CONTRATADA;

**9.5.** suspender a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida;

**9.6.** emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial à aplicação de sanções e alterações do contrato;

**9.7.** supervisionar a execução dos serviços prestados pela CONTRATADA;

**9.8.** comprovar e relatar, por escrito, as eventuais irregularidades na prestação dos serviços;

**9.9.** acompanhar a execução dos serviços prestados pela CONTRATADA;

**9.10.** determinar, à CONTRATADA, as providências necessárias ao regular e efetivo atendimento do objeto;

**9.11.** verificar o prazo estabelecido no ajuste para apresentação das notas fiscais/faturas, recibos ou congêneres, exigindo seu cumprimento por parte da CONTRATADA;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



**9.12.** responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações.

**9.13.** assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação;

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.1.** realizar o fornecimento, mediante requisição, conforme solicitações da Contratante, que deverão ser rigorosamente àqueles descritos no Edital de Pregão nº 002/2020, nota de empenho, não sendo aceito em nenhuma hipótese, outro diverso daquele.

**10.2.** os preços cotados incluem todas as despesas de custo, seguro, frete, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas ou de qualquer outra natureza.

**10.3.** manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato;

**10.4.** prestar, sempre que necessários todos os esclarecimentos solicitados pela instituição, bem como atender, prontamente, às reclamações/observações /críticas/sugestões que, porventura, lhes forem apresentadas, relacionadas com a execução do presente Contrato;

**10.5.** cuidar para que os profissionais envolvidos na execução do objeto deste contrato sejam devidamente preparados e orientados para o exercício de sua função, devendo observar os princípios éticos, a urbanidade e educação no tratamento dispensado aos membros, servidores efetivos, comissionados, servidores à disposição, estagiários e menores aprendizes do CONTRATANTE;

**10.6.** substituir o profissional cuja atuação, permanência ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios pelo CONTRATANTE;

**10.7.** responsabilizar-se por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços;

**10.8.** reportar-se ao gestor do contrato para que seja efetivado o controle das atividades realizadas;

**10.9.** emitir nota fiscal correspondente ao valor definido no contrato;

**10.10.** assumir o objeto deste contrato, não o transferindo, sob nenhum pretexto, para terceiros;

**10.11.** manter preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



**10.12.** reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

**10.13.** responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo dessa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

**10.14.** garantir a segurança e idoneidade das avaliações;

**10.15.** aceitar nas mesmas condições contratuais acréscimos ou supressões nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993;

**10.16.** considerar que a ação de fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;

**10.17.** arcar com todas as despesas de alimentação e hospedagem do pessoal sob sua responsabilidade; e

**10.18.** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**10.19.** responsabilizar-se pelo fornecimento de material humano qualificado, a fim de suprir as necessidades de montagem de todos os equipamentos, bem como transporte, hospedagem e alimentação desta equipe.

## **11. GESTÃO DO CONTRATO:**

**11.1** - O Gestor Municipal designará um servidor mediante portaria para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato.

## **12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1** - Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com o Município e será descredenciada no cadastro de fornecedores deste Município, pelo prazo de 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação, se a CONTRATADA que:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) fraudar a execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo;
- d) fizer declaração falsa; ou
- e) cometer fraude fiscal.

**12.2** - Ficar caracterizada fraude na execução do contrato, quando a CONTRATADA:

- a) elevar arbitrariamente os preços;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



- b) entregar um serviço por outro;
- c) alterar substância, qualidade ou quantidade dos serviços prestados ao CONTRATANTE; ou
- d) tornar, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa à execução do contrato.

**12.3** - Ficar caracterizado comportamento inidôneo, quando:

- a) constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do CONTRATANTE;
- b) atuação com interesses escusos;
- c) reincidência em faltas que acarretem prejuízo ao CONTRATANTE;
- d) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- e) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da execução do contrato;
- f) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do Contrato, sem consentimento prévio do CONTRATANTE.

**12.4** - Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, salvo se a falta advier de caso fortuito, motivo de força maior ou outras justificativas, todas devidamente comprovadas e acatadas pela Administração, às seguintes penalidades:

- a) advertência, nas hipóteses de descumprimento de cláusulas contratuais que não resultem em prejuízo para a Administração; e
- b) multas.

### 13. DA RESCISÃO

**13.1** - A rescisão do contrato se dará nos seguintes casos:

- a) permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause danos físicos, lesão ou consequências letais;
- b) destruir ou danificar bens materiais ou documentos por culpa ou dolo de seus agentes;
- c) transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;
- d) suspender ou interromper, total ou parcialmente, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados;
- e) manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados.

**13.2** - Nos termos dos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/1993.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



**13.2.1** - No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

**13.2.2** - No procedimento que visa à rescisão do contrato será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, as providências acauteladoras.

**13.2.3** - É admitida a fusão, cisão ou incorporação da empresa, bem assim sua alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura, desde que não prejudique a execução do contrato, cabendo à Administração decidir pelo prosseguimento ou rescisão do contrato.

**14. SELEÇÃO DO FORNECEDOR:** licitação, modalidade pregão presencial.

**15. CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DO CONTRATADO:** menor preço por item

**16. DA VALIDADE DA PROPOSTA:** A proposta deverá conter prazo de validade de 60 (sessenta) dias, contados da adjudicação dos objetos licitados.

**17. DA SUBCONTRATAÇÃO:** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

**18. VALOR ESTIMADO DO CONTRATO:** R\$ 251.000,00 (duzentos e cinquenta e um mil reais), conforme Convênio nº 853903/2017, Processo nº 08020.002124/2017-50 e a Proposta nº 026850/2017, celebrado com o Ministério da Justiça e Município de Ipameri.

**IPAMERI-GOIÁS**, aos 21 (vinte e um) dias do mês de fevereiro de 2020.

**CLAUDIO GRATÃO PEREIRA**  
Pregoeiro



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



**MODELO DE FORMULÁRIO/PROPOSTA REFERENTE AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº  
002/2020, MODALIDADE PREGÃO**

**NOME DA EMPRESA**

**CNPJ:**

**ENDEREÇO:**

**TELEFONE/FAX:**

**BANCO:**

**AGENCIA:**

**CONTA CORRENTE:**

**RESPONSÁVEL :**

Declaro de que o prazo de validade da proposta é de 60(sessenta) dias;

Declaro de que a entrega dos produtos serão realizados nas condições estabelecidas neste edital.



**Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo**



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Declaro de que o preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável em todo o período da vigência do contrato, exceto a ocorrência das possibilidades previstas no art. 65, II, "d" e seus parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Local e Data:

**NOME DA EMPRESA PROPONENTE  
CNPJ/ ASSINATURA**



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



## ANEXO II

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL nº 002/2020

PROCESSO nº 2020000084

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE VIDEOMONITORAMENTO

### DECLARAÇÃO

..... inscrito no CNPJ  
N....., por intermédio de seu representante legal o(a)  
Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n.....  
e do CPF n.....DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre  
plenamente os requisitos de habilitação constantes do Edital acima referido.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(com carimbo da empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



**ANEXO III**

PREGÃO PRESENCIAL nº 002/2020

**Modelo de Declaração**

..... inscrito no CNPJ  
N....., por intermédio de seu representante legal o(a)  
Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n.....  
e do CPF n.....DECLARA para fins do disposto no inciso V do art.  
27 da lei n. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido do inciso XXXIII do art. 7º  
da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho  
noturno, perigoso ou insalubre e, que não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, partir de quatorze anos, na condição de  
aprendiz ( ) (OBS: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Local e Data:

Nome, cargo e assinatura  
**Razão Social da empresa.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



## ANEXO IV

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO

PREGÃO PRESENCIAL nº 002/2020

PROCESSO nº 2020000084

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE VIDEOMONITORAMENTO.**

### DECLARAÇÃO

Declaramos, sob as penas da lei, que esta proponente não incorre em quaisquer das seguintes situações:

- a) Ter sido declarada inidônea por ato do Poder Público;
- b) Ter sido apenada com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos últimos dois anos;
- c) Impedida de licitar, de acordo com o art. 9º da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Nos termos do art. 55, inc. XIII da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, comprometemo-nos a informar a ocorrência de fato superveniente impeditivo da habilitação e qualificação exigidas no edital.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(com carimbo da empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



## ANEXO V

### DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, na qualidade de sócio proprietário da empresa \_\_\_\_\_ DECLARO, sob as penas da lei, que esta empresa enquadra-se na categoria de Microempresa – ME (ou Empresa de Pequeno Porte – EPP), na forma prevista no art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006 e não está incursa nos impedimentos tratados no seu § 4º, podendo, assim, usufruir a prerrogativa e o direito de preferência de que tratam os arts. 42 a 45 da citada lei complementar.

Por ser a expressão da verdade firmo a presente.

\_\_\_\_\_  
Sócio Proprietário.  
CPF n. \_\_\_\_\_



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



**ANEXO VI**

(em papel timbrado da empresa)

**DECLARAÇÃO CNAE**

A empresa \_\_\_\_\_, cadastrada no CNPJ/MF sob nº. \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, por seu representante legal \_\_\_\_\_, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_ e RG nº \_\_\_\_\_, DECLARA para os devidos fins, junto a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura Municipal de Ipameri, que o CNAE que representa a maior parte das nossas receitas é \_\_\_\_\_ (código e descrição).

(local), (data)

\_\_\_\_\_  
(Representante Legal da Empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



**ANEXO VII**

*(imprimir em papel timbrado da empresa)*

**DECLARAÇÃO DE NÃO SERVIDOR PÚBLICO, PROPRIETÁRIO, ADMINISTRADOR  
OU DIRIGENTE DE ENTIDADES OU SERVIÇOS CONTRATADOS OU  
CONVENIADOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

PREGÃO PRESENCIAL nº 002/2020

PROCESSO nº 2020000084

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE VIDEOMONITORAMENTO.**

Para os devidos fins sob penas da Lei, e ainda perante a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Ipameri, que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº.

(nome/razão social)

\_\_\_\_\_, estabelecida \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA que:

(\_\_\_\_\_) não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

(\_\_\_\_\_) sou proprietário, administrador ou dirigente de Entidade ou Conveniada ou Contratada com a administração pública; **OU**

(\_\_\_\_\_) NÃO sou proprietário, administrador ou dirigente de Entidade ou Conveniada ou Contratada com a administração pública.

Local e data. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
**(Nome Representante Legal)**

**CPF nº (especificar)**

(representante legal)

Assinatura com carimbo



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



## ANEXO VIII

### MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº \_\_\_\_/2020.

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE  
VIDEOMONITORAMENTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM  
LADO O ..... E  
.....

O **MUNICÍPIO DE IPAMERI**, pessoa jurídica de Direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.763.606/0001-41, com sede na cidade de Ipameri-GO, à Av. Pandiá Calógeras nº 84, centro, Palácio Entre Rios, representado por seu Gestor Público, Sr.

....., doravante denominado **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº ....., situada na ....., CEP 75.780-000, representada pelo sócio proprietário ....., doravante denominada **CONTRATADA**, firmam através deste instrumento de **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE VIDEOMONITORAMENTO**, com base no **Processo Administrativo nº 2020000084**, no que dispõe a Lei Federal nº 10.520/02; 8.666/93 e suas alterações posteriores em vigor, na melhor forma de direito, ajustam e contratam, segundo as cláusulas e condições adiante arroladas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 - O presente contrato tem por objeto o **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE VIDEOMONITORAMENTO**, conforme discriminação prevista no Anexo I do Edital do Pregão nº 002/2020, Processo administrativo nº 2020000084, parte integrante do presente instrumento.

1.2 – OBJETO: aquisição de para atender as necessidades do Município de Ipameri-GO:

1.3 - Fazem parte integrante do presente Contrato, independentemente de sua transcrição, a Proposta de Preços da CONTRATADA, o Edital do Pregão



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



Presencial nº 002/2020 e seus anexos e demais elementos constantes do Processo administrativo nº 2020000084.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E RESCISÃO

2.1 – O presente contrato vigorará da data de assinatura, ou seja \_\_\_\_\_ por 120 dias, em conformidade com art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 e poderá ser prorrogado nas condições básicas determinadas pelo art. 57, da Lei nº 8.666/1993, mediante ajuste entre as partes contratadas, antes de seu término, podendo a qualquer tempo ser rescindido mediante cláusulas ora pactuadas, por escrito, pela parte de manifestado interesse.

2.2 - Considerar-se-á rescindido o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso qualquer das partes CONTRATANTES venham a infringir cláusulas ora convencionadas.

2.3 - Fica estipulada a multa contratual de 10% (dez por cento) sobre o valor desse Instrumento a qualquer parte que infringir as cláusulas ora pactuadas.

2.4 - De acordo com o art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, desde que haja consenso entre as partes, este instrumento poderá ser prorrogado pelo mesmo período, mediante assinatura de termo Aditivo, como também mantida as condições iniciais, sendo permitido a atualização do preço com base em índice legalmente admitido para esse fim.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO e CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O valor do presente é equivalente a R\$ ..... (.....)

3.2 – O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente do encaminhamento ao setor competente, da fatura ou nota-fiscal e duplicata devidamente atestada pela Contratante, mediante a liberação dos recursos objeto do Convênio nº 853903/2017, Processo nº 08020.002124/2017-50 e a Proposta nº 026850/2017, celebrado com o Ministério da Justiça e contrapartida do Município de Ipameri.

3.3 – Em caso de atraso no pagamento das parcelas será devido a multa de 2% e juros no valor de 1% (um por cento) ao mês “pro rata”, ressaltando que o recebimento das parcelas não implica em renúncia ou anuência a tal direito.

## CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

4.1 - As despesas decorrentes do presente pacto laboral, ora ajustado, serão empenhadas na seguinte dotação:

Unidade	Funcional	F. Recursos	Origem	Ficha	CD/Descrição
1039	06.181.0122.2214 –	100	Ordinário	20200453	339039 – Outros



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



	Encargos com segurança pública				serviços terceiros pessoa jurídica
--	-----------------------------------	--	--	--	---------------------------------------

**4.2** - Nos exercícios financeiros futuros as despesas correrão à conta das dotações próprias, que forem aprovadas para os mesmos, no orçamento da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

a) exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização e acompanhamento de todas as fases de execução das obrigações e do desempenho da CONTRATADA;

b) intermediar a comunicação entre a CONTRATADA e as unidades da Contratante onde serão executados os serviços, objeto deste contrato;

c) notificar a CONTRATADA, por escrito, das eventuais irregularidades na prestação dos serviços, fixando prazo para as devidas correções;

d) prestar todas as informações necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos, quando solicitadas pela CONTRATADA;

e) suspender a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida;

f) emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial à aplicação de sanções e alterações do contrato;

g) supervisionar a execução dos serviços prestados pela CONTRATADA;

h) comprovar e relatar, por escrito, as eventuais irregularidades na prestação dos serviços;

i) acompanhar a execução dos serviços prestados pela CONTRATADA;

j) determinar, à CONTRATADA, as providências necessárias ao regular e efetivo atendimento do objeto;

k) verificar o prazo estabelecido no ajuste para apresentação das notas fiscais/faturas, recibos ou congêneres, exigindo seu cumprimento por parte da CONTRATADA;

l) responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações.

m) assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação;

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



a) realizar o fornecimento, mediante requisição, conforme solicitações da Contratante, que deverão ser rigorosamente àqueles descritos no Edital de Pregão nº 002/2020, nota de empenho, não sendo aceito em nenhuma hipótese, outro diverso daquele.

b) os preços cotados incluem todas as despesas de custo, seguro, frete, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas ou de qualquer outra natureza.

c) manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato;

d) prestar, sempre que necessários todos os esclarecimentos solicitados pela instituição, bem como atender, prontamente, às reclamações/observações /críticas/sugestões que, porventura, lhes forem apresentadas, relacionadas com a execução do presente Contrato;

e) cuidar para que os profissionais envolvidos na execução do objeto deste contrato sejam devidamente preparados e orientados para o exercício de sua função, devendo observar os princípios éticos, a urbanidade e educação no tratamento dispensado aos membros, servidores efetivos, comissionados, servidores à disposição, estagiários e menores aprendizes do CONTRATANTE;

f) substituir o profissional cuja atuação, permanência ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios pelo CONTRATANTE;

g) responsabilizar-se por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços;

h) reportar-se ao gestor do contrato para que seja efetivado o controle das atividades realizadas;

i) emitir nota fiscal correspondente ao valor definido no contrato;

j) assumir o objeto deste contrato, não o transferindo, sob nenhum pretexto, para terceiros;

k) manter preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

l) reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

m) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo dessa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

n) garantir a segurança e idoneidade das avaliações;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



o) aceitar nas mesmas condições contratuais acréscimos ou supressões nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993;

p) considerar que a ação de fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;

q) arcar com todas as despesas de alimentação e hospedagem do pessoal sob sua responsabilidade; e

r) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

s) responsabilizar-se pelo fornecimento de material humano qualificado, a fim de suprir as necessidades de montagem de todos os equipamentos, bem como transporte, hospedagem e alimentação desta equipe.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com o Município e será descredenciada no cadastro de fornecedores deste Município, pelo prazo de 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação, se a CONTRATADA que:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) fraudar a execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo;
- d) fizer declaração falsa; ou
- e) cometer fraude fiscal.

7.2. Ficar caracterizada fraude na execução do contrato, quando a CONTRATADA:

- a) elevar arbitrariamente os preços;
- b) entregar um serviço por outro;
- c) alterar substância, qualidade ou quantidade dos serviços prestados ao CONTRATANTE; ou
- d) tornar, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa à execução do contrato.

7.3. Ficar caracterizado comportamento inidôneo, quando:

- a) constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do CONTRATANTE;
- b) atuação com interesses escusos;
- c) reincidência em faltas que acarretem prejuízo ao CONTRATANTE;
- d) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



e) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da execução do contrato;

f) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do Contrato, sem consentimento prévio do CONTRATANTE.

7.4. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, salvo se a falta advier de caso fortuito, motivo de força maior ou outras justificativas, todas devidamente comprovadas e acatadas pela Administração, às seguintes penalidades:

- a) advertência, nas hipóteses de descumprimento de cláusulas contratuais que não resultem em prejuízo para a Administração; e
- b) multas.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO**

8.1. A rescisão do contrato se dará nos seguintes casos:

- a) Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão ou consequências letais;
- b) destruir ou danificar bens materiais ou documentos por culpa ou dolo de seus agentes;
- c) transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;
- d) suspender ou interromper, total ou parcialmente, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados;
- e) manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados.

8.2. Nos termos dos artigos 78 e 79 da Lei n.º 8.666/1993.

8.2.1. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

8.2.2. No procedimento que visa à rescisão do contrato será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, as providências acauteladoras.

8.2.3. É admitida a fusão, cisão ou incorporação da empresa, bem assim sua alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura, desde que não prejudique a execução do contrato, cabendo à Administração decidir pelo prosseguimento ou rescisão do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



## **CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO**

**9.1** – O **CONTRATANTE** nomeará um Gestor para dirigir e acompanhar os trabalhos, a fim de assegurar a perfeita execução dos serviços de conformidade com as condições deste instrumento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – VINCULAÇÃO AO EDITAL**

**10.1** - O presente contrato de fornecimento decorre do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 002/2020, que faz parte integrante deste instrumento, realizada em conformidade com a legislação pertinente à matéria, sujeitando-se as partes às disposições contidas na Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente, no que couber pelas disposições contidas na Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**10.2** - O (a) **CONTRATADO (A)** obriga a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade das obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

## **CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DAS VEDAÇÕES**

11.1 - É vedado à **CONTRATADA**:

11.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

11.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da **CONTRATANTE**, salvo nos casos previstos em lei.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS.**

12 - Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO**

13 - Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

Para dirimir qualquer dúvida e declarar direitos, que se fizerem necessários no decorrer, da execução do presente ajuste, fica eleito o Foro da Comarca de Ipameri, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



E por estarem bastante e por acharem justos e mutuamente acordados, as partes acima qualificadas, firma o presente em 03 (três) vias de igual teor e conteúdo, para o mesmo fim, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e qualificadas como abaixo se vê:

**IPAMERI/GO**, aos .... (.....) dias do mês de ..... de 2020

\_\_\_\_\_  
**Gestor Municipal  
Contratante**

\_\_\_\_\_  
**Contratado**

**Testemunhas:**

1ª) \_\_\_\_\_

**Nome:**

**CPF nº**

2ª) \_\_\_\_\_

**Nome:**

**CPF nº**